



## SOLIDARIEDADE AO POVO KOKAMA

### DEFESA DAS MULHERES INDÍGENAS KOKAMA

#### NOTA PÚBLICA DE REPÚDIO AO CRIME CONTRA INDÍGENA KOKAMA

Nós, organizações indígenas e não indígenas da sociedade civil abaixo assinadas, somamos força com as organizações e movimentos do povo KOKAMA do Estado do Amazonas, e vimos à público manifestar nossa profunda indignação e **repúdio veemente** diante das denúncias de **violência sexual sistemática** contra uma mulher indígena da etnia Kokama, ocorridas durante o período em que esteve sob custódia do Estado na 53ª Delegacia de Santo Antônio do Içá (AM).

A vítima, mantida em cela mista por mais de nove meses, foi submetida a abusos físicos, psicológicos e sexuais, inclusive na presença de seu filho recém-nascido. Tal situação configura grave violação dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana e dos princípios constitucionais que regem o Estado Democrático de Direito.

#### Embasamento legal:

Diante de crimes absurdos contra as mulheres e crueldades como essa, vividas historicamente pelas mulheres brasileiras, o Brasil estruturou sua legislação e assinou acordos e leis internacionais para garantir a proteção das mulheres, especialmente às mulheres indígenas.

- **Constituição Federal (Art. 5º, incisos III, XLIX e L):** Garante a integridade física e moral dos presos, vedando tratamento desumano ou degradante.
- **Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha):** Reconhece a violência institucional como forma de violência contra a mulher.
- **Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973):** Determina respeito à organização social e aos direitos fundamentais dos povos indígenas.
- **Convenção 169 da OIT:** Assegura proteção especial às mulheres indígenas, respeitando sua identidade cultural.

Se o país tem esse arcabouço jurídico, porque as mulheres ainda continuam desprotegidas? A resposta não é outra se não a violência Institucionalizada e a vergonhosa omissão do estado brasileiro, evidenciadas por:

- Ausência de estrutura adequada para custódia feminina.
- Falta de assistência médica, psicológica e jurídica.
- Negligência nos protocolos de proteção à mulher sob responsabilidade estatal.

A mulher indígena Kokama foi exposta à **violência institucional e estrutural**, sendo tratada como “escrava sexual” por agentes públicos, conforme denúncia formalizada e publicada com embasamentos e fundamentos verídicos, e corroborada por laudos periciais e pareceres do Ministério Público do Amazonas.

Portanto, ao mesmo tempo em que exigimos investigação rigorosa, célere e transparente sobre os fatos, queremos denunciar a omissão do Estado brasileiro na proteção dos direitos fundamentais das mulheres indígenas e promovido por agentes do Estado, que têm o dever de proteger e assegurar o bem-estar das pessoas. A ausência de estrutura adequada para custódia feminina, a falta de acompanhamento médico, psicológico e jurídico, e a negligência com os protocolos de proteção às mulheres sob responsabilidade do Estado são manifestações de violência institucional, discriminatória e estrutural.

Essa violência se amplia e se torna muito mais cruel ao ser praticada na presença de um bebê que depende integralmente dos cuidados de sua mãe. É um agravante porque, ao presenciar o estupro, o bebê também foi estuprado, pois esteve junto, assistindo e sentindo tudo o que a mãe sentia.

A mulher indígena Kokama não estava apenas presa: ela foi exposta, difamada, humilhada, ultrajada, vulnerabilizada e desamparada por um sistema que deveria protegê-la. Sem antes passar por audiência de custódia, ela foi duplamente violentada, pois já vinha de uma agressão doméstica do marido. Dessa forma, ela teve todos os seus direitos violentados em um claro e notório racismo estrutural que exclui, marginaliza e expropria direitos à existência.

### **Repúdio às Falas do Prefeito Cecéu e da Advogada de Defesa**

Diante das diversas violências sofridas pela mulher Kokama, repudiamos com firmeza as declarações do **prefeito Walder Ribeiro da Costa (Cecéu)**, que tentou desacreditar a vítima e defender os policiais acusados, alegando que “são pais de família” e que a imprensa “distorceu os fatos”. Tais falas **deslegitimam o sofrimento da vítima**, violam o princípio da presunção de veracidade e contribuem para a perpetuação da cultura de impunidade.

Também repudiamos as declarações da **advogada Viviane Batalha**, que afirmou que a denúncia seria “motivada por vingança” e que a vítima “mentiu” sobre os abusos. A tentativa de desqualificar a vítima, inclusive sugerindo mitomania, é uma forma de **revitimização**, incompatível com a ética profissional e o respeito aos direitos humanos.

Nos solidarizamos com a vítima, sua família e seus filhos, com todo o povo Kokama, que tem enfrentado essa dor coletiva com dignidade, firmeza e coragem. E, ao mesmo tempo, repudiamos essas falas públicas de autoridades que tentam desacreditar a denúncia antes mesmo da conclusão das investigações. Esperamos que representantes políticos e autoridades públicas se abstenham de julgamentos precipitados, mantendo o decoro institucional e respeitando os princípios da dignidade humana.

### **Exigimos:**

- Que o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos competentes acompanhem o caso de forma rigorosa e independente.
- Que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e suas Coordenações Regionais de Manaus e Tabatinga, acompanhem permanentemente o caso e a vítima, promovendo seu bem-estar, físico e mental daqui por diante.
- Que seja garantida proteção à vítima, ao bebê e outros filhos e aos seus demais familiares, conforme previsto na Lei Maria da Penha.
- Que o Estado do Amazonas tome providências urgentes, imediatas, na criação de espaços adequados e apropriados para custódia de mulheres indígenas, com respeito à sua identidade e dignidade.
- Que seja garantida assistência médica, social, jurídica e psicológica às mulheres indígenas privadas de liberdade.

## **Compromisso Coletivo**

Reforçamos nosso compromisso coletivo com a defesa da vida, da dignidade e dos direitos das mulheres indígenas, e reafirmamos que violência contra uma mulher indígena é violência contra todo o nosso povo, contra nossa ancestralidade e contra o futuro que queremos construir.

**Assinam,**

### **Organizações Kokama:**

1. Articulação das Mulheres Indígenas Kokama do Amazonas
2. Federação Indígena do Povo Kukamie-Kukamiria do Brasil, Peru e Colombia - Tapiy+a Weteratsun Ritamakuara Kukamie-Kukamiria Pray+iuka, Peruka ay Kurumpiaka - TWRK
3. Organização Geral dos Caciques das Comunidades Indígenas do Povo Kokama – OGCCIPK
4. Movimento Social do Patriarcado Cacicado Geral do Povo Indígena Kokama do Brasil - - MPKK
5. Cacicado Geral Metropolitano do Povo Indígena Kokama de Manaus e Entorno - MANAUKARI
6. Organização Indígena Kokama do Amazonas – OIKAM
7. Conselho Indígena Kokama da Amazônia – YTKA
8. Organização Geral Indígena Kokama de Professores Trilíngue (Colômbia, Brasil e Peru)

### **Organizações indígenas e não indígenas da sociedade civil:**

9. Advocacia Popular Piauiense – APP
10. APOM - Articulação Do Povo Originário Munduruku
11. Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB
12. Articulação de Mulheres do Amazonas- AMA
13. Articulação de Mulheres Empoderadas em Atividades Sustentáveis no Delta do Parnaíba – PI – Rede AMEAS
14. Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
15. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil – AMDH
16. Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA
17. Associação de Mulheres em Luta por Direitos, Defesa do Meio Ambiente e Povos da Floresta do Alto Solimões- AMMAFLORSOL.
18. Associação de Mulheres Pérolas + Amor - Tabatinga
19. Associação dos Indígenas Kokamas residentes no Município de Manaus – AKIM
20. Associação Mulheres na Comunicação – AMC (Goiás)
21. Associação Mundial de Rádios Comunitárias - AMARC Brasil
22. Associação Rede Girassol Maria da Penha do Amazonas - ARGMP-AM
23. Associação Tururukari-uka dos indígenas Kambeba – ATIK
24. Bloco Não é Não – Goiás
25. Cáritas Arquidiocesana de Manaus

26. Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais – CAIS
27. Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
28. Centro de Defesa de Direitos Humanos Heróis do Jenipapo – Piauí
29. Centro de Defesa de Direitos Humanos Nenzinha Machado.
30. Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular - CDDHEP-AC
31. Centro de Defesa e Estudos do Negro do Pará - Cedenpa
32. Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès - CDHDMB
33. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC/PE
34. Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz
35. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
36. Coletivo Flores de Munguba
37. Coletivo Mães na Luta
38. Coletivo Voz Materna – Goiás
39. Comissão de Direitos Humanos da OAB/Piauí
40. Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo – CDHPF
41. Comissão Pastoral da Terra – Amazonas
42. Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Piauí
43. Comitê Pró-cultura – Boa Vista, RR
44. Comitê Xapiri, Boa Vista, RR
45. Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Norte I
46. Conselho Nacional dos Direitos Humanos
47. Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras - CPP
48. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab
49. Coordenação de Povos Indígenas de Manaus e Entornos – Copime
50. Diretório Central dos Estudantes da UFRN
51. Federação das Organizações, Caciques e Comunidades Indígenas Ticuna – Foccit
52. Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
53. Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas – Foreeia
54. Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e da Soberania
55. Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – FMAP
56. Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e da Soberania
57. Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas - FAMDDI
58. Frente Ampla Democrática pelos Direitos Humanos – FADDH
59. Grupo de Mulheres Negras Malunga
60. Grupo de Trabalho do Amazonas – GTA Alto Solimões

61. Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia
62. Instituto Braços - Centro de Defesa dos Direitos Humanos em Sergipe
63. Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra – IDARIS
64. Instituto de Direitos Humanos de Minas Gerais
65. Instituto Mulheres Águias - Tabatinga
66. Juventude Indígena Mura – JIM
67. Levante Popular da Juventude - RN
68. Levante Popular da Juventude - Roraima
69. Mulheres Artesãs Indígenas - MAI
70. Movimento de mulheres do campo e da cidade, PA
71. Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB AM
72. Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH
73. Núcleo de Mulheres de Roraima – NUMUR
74. Organização das Mulheres Indígenas Sateré Mawé Watyamã
75. Organização de Lideranças Indígenas do Careiro da Várzea - OLIMCV
76. Organização de Mulheres Indígenas Mura – OMIM
77. Organização Indígena da Resistência Mura de Autazes – OIRMA
78. Projeto Agrovida Naãne Arü Ma'ü – Terra e Vida
79. Rede de Mulheres da Associação Mundial de Rádios Comunitárias – Amarc Brasil
80. Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas Makira-Ëta
81. Rede de Mulheres Indígenas Munduruku, Sateré e Maraguá de Nova Olinda do Norte e Borba - RMIMSM
82. Rede Um Grito pela Vida – AM
83. Sindicato estadual dos profissionais da Educação – SEPE RJ Regional III
84. Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH
85. União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes – UNIPI
86. União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – UNIVAJA
87. Vigere Psicoterapia.